

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO

“EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA TOPOGRÁFICA À ESCALA 1:2000 PARA O
MUNICÍPIO DE SINES”

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços	4
Subsecção I - Disposições Gerais.....	4
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 5.ª – Descrição da Prestação dos Serviços	5
Cláusula 6.ª – Forma da Prestação de Serviços	5
Cláusula 7.ª - Prazo da prestação dos serviços.....	6
Cláusula 8.ª – Local da Prestação de Serviços	6
Cláusula 9.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	6
Cláusula 10.ª - Acompanhamento da Execução dos Trabalhos	6
Cláusula 11.ª - Transferência de propriedade	9
Subsecção II - Dever de sigilo	9
Cláusula 12.ª - Objeto do dever de sigilo	9
Cláusula 13.ª – Prazo do dever de sigilo.....	10
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines.....	10
Cláusula 14.ª - Preço contractual	10
Cláusula 15.ª - Preço base	10
Cláusula 16.ª - Condições de pagamento	11
Cláusula 17.ª - Revisão de preços.....	11
Cláusula 18.ª – Adiantamentos	11
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	12
Cláusula 19.ª - Força maior	12
Cláusula 20.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines.....	13
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	13
Cláusula 21.ª – Caução	13
Cláusula 22.ª - Foro competente.....	14
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
Cláusula 23.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual	14
Cláusula 24.ª - Comunicações e notificações	14
Cláusula 25.ª - Contagem dos prazos	14
PARTE II	15
Cláusula 27.ª – Especificações Técnicas	15
Cláusula 28.ª -Atributos da Proposta	19

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para “Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 para o Município de Sines”, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de

serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato. O prazo de execução do contrato é de 6 (seis) meses após a outorga.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. Obrigação de desenvolver em parceria com a Câmara Municipal de Sines o Plano de Trabalhos proposto e aceite pela Câmara Municipal de Sines;
3. Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto deste procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
4. Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução da prestação dos serviços;

5. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação dos serviços, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.
6. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª – Descrição da Prestação dos Serviços

1. A prestação de serviços objeto do contrato compreende a execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 para o Município de Sines, segundo as especificações técnicas, de acordo com o Modelo Numérico Topográfico (MNT) – Direção Geral do Território (DGT).
2. A área objeto dos trabalhos é a área delimitada no Anexo II das especificações técnica, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos;
3. Os trabalhos compreendem as seguintes fases:
 - a) Cobertura aero - fotográfica;
 - b) Apoio fotogramétrico e triangulação aérea;
 - c) Cartografia Vetorial – MNT;
 - d) Sujeição/ Aceitação da receção definitiva;

Cláusula 6.ª – Forma da Prestação de Serviços

1. Para a preparação da execução do contrato o prestador de serviços fica obrigado a efetuar uma reunião prévia de coordenação com os representantes da Câmara Municipal de Sines;
2. Incumbirá ao prestador de serviços participar nas reuniões de trabalho, por intermédio do respetivo responsável técnico pela execução dos trabalhos ou representante por ele designado, a realizar nas instalações da Câmara Municipal de Sines ou em local a designar pela mesma, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário.

Cláusula 7.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos no prazo de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura do contrato.

Cláusula 8.ª – Local da Prestação de Serviços

Os serviços serão prestados no Concelho de Sines.

Cláusula 9.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

O prestador de serviços entregará à Câmara Municipal de Sines todos os dados recolhidos, gerados e processados, quer em campo quer em gabinete, bem como todos os produtos intermédios e finais, resultantes da execução do contrato que não tenham sido entregues ao longo da respetiva execução.

Cláusula 10.ª - Acompanhamento da Execução dos Trabalhos

1. A Câmara Municipal de Sines designará nominalmente uma equipa de trabalho e o respetivo Coordenador, dispondo este último de poderes bastantes para dar resposta e resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo prestador de serviços e que fará o acompanhamento dos trabalhos. Quinze dias após a assinatura do contrato a Câmara Municipal de Sines comunicará ao prestador de serviços os nomes e categorias profissionais dos técnicos designados para integrarem a referida equipa. O mesmo prazo será aplicável à comunicação de eventuais substituições temporárias ou definitivas dos elementos constituintes da equipa;
2. Consideram-se componentes essenciais do trabalho sujeitas a verificação obrigatórias por parte da Câmara Municipal de Sines, as descritas nas Especificações Técnicas deste caderno de Encargos, sem prejuízo de por si ou por outrem por si mandatado, a Câmara Municipal de

Sines poder exercer o direito de fiscalizar a execução dos trabalhos sempre que o entender necessário e pela forma que entenda por mais conveniente;

3. Para os efeitos mencionados no ponto anterior devem ser patenteados ou colocados á disposição da Câmara Municipal de Sines todos os elementos, meios humanos, instalações, aparelhagens, equipamentos ou materiais para tanto necessários. Poderá assim, a Câmara Municipal de Sines, designadamente:

- a) Acompanhar a execução dos trabalhos decorridos nas suas instalações bem como a realização dos trabalhos de campo;
- b) Solicitar em qualquer momento, ao Diretor Técnico e, na presença deste ou com o seu conhecimento, aos demais técnicos envolvidos, os elementos e os esclarecimentos que julgar convenientes para a compreensão do estado de execução dos trabalhos e das características dos dados e produtos resultantes;
- c) Com a mesma finalidade, recolher em qualquer momento, amostras dos dados obtidos e processados, no campo e em gabinete, bem como todos os produtos intermédios e finais resultantes da execução do contrato;
- d) Produzir orientações e prestar esclarecimentos técnicos conducentes à correção das anomalias ou erros detetados durante as ações de verificação dos dados e produtos e de acompanhamento dos trabalhos.

4. Para permitir o bom exercício dos poderes de acompanhamento pela Câmara Municipal de Sines, o prestador de serviços obriga-se a:

- a) Manter a Câmara Municipal de Sines permanentemente informada dos locais onde se realizam os trabalhos de campo ou de gabinete e dos nomes dos seus operadores, instruindo o pessoal no sentido de prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- b) Alertar imediatamente a Câmara Municipal de Sines para qualquer facto ou evento que possa afetar a fiscalização dos trabalhos nas suas instalações ou no campo;
- c) Proporcionar nas suas instalações um local onde a Câmara Municipal de Sines possa trabalhar sobre documentos escritos e instalar e operar um equipamento informático próprio, quando tal lhe for solicitado pela Câmara Municipal de Sines.

5. A Câmara Municipal de Sines reserva-se ao direito de impor o afastamento do pessoal que entenda não possuir a probidade profissional necessária à boa execução dos trabalhos e que não desempenhe as funções para as quais está designado com zelo e diligência.
6. O prestador de serviços obriga-se a que o Diretor Técnico, designadamente:
- a) Superintenda e acompanhe regularmente a execução dos trabalhos, em gabinete e no campo;
 - b) Se mantenha permanentemente informado sobre o estado da sua execução e sobre os aspetos técnicos relacionados com a execução dos trabalhos;
 - c) Esteja presente durante as ações de acompanhamento dos trabalhos;
 - d) Preste todos os esclarecimentos requeridos sobre a execução técnica do contrato.
7. A Câmara Municipal de Sines poderá impor a substituição do Diretor Técnico quando este, de forma reiterada, falte ao cumprimento das suas obrigações ou demonstre falta de conhecimento das especificações do caderno de encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do prestador de serviços;
8. No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Sines reserva-se ainda ao direito de transmitir os factos ocorridos às entidades competentes para atribuição do referido título profissional;
9. Se houver lugar a subcontratação de trabalhos, são aplicáveis aos subcontraentes os direitos e obrigações previstas nos números anteriores, podendo, todavia, a Câmara Municipal de Sines determinar que todas ou algumas das ações de fiscalização relativas à verificação do estado de execução dos trabalhos e das características dos produtos resultantes decorram nas instalações da Câmara Municipal de Sines;
10. No caso de empresas nacionais de outro Estado membro da União Europeia, ou se houver lugar a subcontratação de trabalhos com empresas localizadas fora do território nacional, o prestador de serviços obriga-se a criar, relativamente aos trabalhos efetuados nas respetivas instalações, todas as condições para o normal exercício dos poderes de acompanhamento, sem mais encargos para a Câmara Municipal de Sines e sem que tal afete de forma inaceitável o tempo normalmente necessário a esse exercício.

11. Das ações de acompanhamento será lavrado auto, datado e assinado pelo Coordenador da Câmara Municipal de Sines e pelo Diretor Técnico dos trabalhos;
12. O prestador de serviços obriga-se a corrigir prontamente os erros e anomalias identificados durante as ações de acompanhamento e de acordo com as orientações e esclarecimentos da Câmara Municipal de Sines, dentro dos prazos fixados, podendo todavia solicitar a redução a escrito dessas orientações ou esclarecimentos, quando tal se justifique.
13. A persistência dos erros e anomalias ou a falta de ações corretivas por parte do prestador de serviços constituem falta reiterada às suas obrigações contratuais, para efeito de rescisão de contrato;
14. O período durante o qual o prestador de serviços realiza as correções devidas não suspende os prazos em curso, designadamente o prazo para entrega dos trabalhos.

Cláusula 11.ª - Transferência de propriedade

O trabalho resultante do contrato, com todas as peças escritas, desenhadas de imagem, intermédias ou finais, em forma analógica ou digital, e para todos os efeitos que entenda, salvaguardados os direitos de autor, constituirá propriedade exclusiva do prestador de serviços, não podendo por isso ser utilizado ou cedido a terceiros pela Câmara Municipal de Sines.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 12.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 14.^a - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do Prestador de serviços.

Cláusula 15.^a - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 60.000,00 (sessenta mil euros), sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela

execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

Cláusula 16.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 15.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior a obrigação considera-se vencida quando:
 - a) No caso dos trabalhos inerentes a cada uma das fases, respetivamente Cobertura Aero – Fotográfica, Apoio Fotogramétrico e Triangulação Aérea, cartografia Vetorial – MNT e Sujeição/Aceitação da receção definitiva, ocorrer a conclusão e receção provisória dos mesmos;
 - b) No caso dos trabalhos inerentes à fase relativa à sujeição/ aceitação da proposta definitiva, a Câmara Municipal de Sines receber a homologação da Cartografia pela DGT.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 17.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 18.ª – Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 19.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 21.ª – Caução

Nos termos previstos no n.º 3 do art.º 88.º a Câmara Municipal de Sines poderá proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação do cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 22.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo Prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

PARTE II

Cláusula 27.^a – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto principal a aquisição de serviços para “Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 para o Município de Sines”, de acordo com o Modelo Numérico Topográfico – Direção Geral do Território (DGT), nas condições abaixo descritas:

1. DEFINIÇÃO DO PROJETO

Pretende-se a execução de Cartografia Numérica de traço, relativa ao concurso, designado por “Execução de Cartografia Numérica Topográfica à escala 1:2 000 para o Município de Sines”.

As especificações técnicas a cumprir são as que constam do Anexo I - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:2000”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, D e E, que fazem parte integrante do presente caderno de encargos;

A execução da cartografia corresponde a área onde se encontrem as infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, conforme Anexo II “EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA TOPOGRÁFICA À ESCALA 1:2000 PARA O MUNICÍPIO DE SINES”.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

2.1. Área a cartografar

Cartografia vetorial - Área a cartografar numericamente à escala 1:2 000:

a) É a área geográfica delimitada no cartograma do Anexo II “EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA TOPOGRÁFICA À ESCALA 1:2000 PARA O MUNICÍPIO DE SINES”, que é parte integrante do presente Caderno de Encargos.

b) Tem a dimensão de **1.631,00 ha (mil seiscientos e trinta um hectares)**, que se distribuem pela área representada no esquema do Anexo II “EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA TOPOGRÁFICA À ESCALA 1:2000 PARA O MUNICÍPIO DE SINES”.

2.2. Produtos Intermédios e Finais

Os produtos intermédios e finais dos trabalhos compreendidos na prestação de serviços objeto do contrato serão os que se encontram enumerados no Anexo I - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA Á ESCALA 1:2000 ”, a considerar de acordo com o objetivo dos trabalhos a realizar, salvo o que for especificado em contrário neste ponto;

Os produtos intermédios e finais, em modo numérico, serão entregues pelo prestador de serviços à Câmara Municipal de Sines ou quem ela credenciar para o efeito, em CD-ROM ou DVD em que:

a) Na face do suporte se indique:

- i. Entidade adjudicante;
- ii. Prestador de Serviços;
- iii. Designação do trabalho;
- iv. Data da entrega
- v. Nº do volume/Nº total de volumes da entrega

b) Na embalagem desse suporte:

- i. Entidade adjudicante;
- ii. Prestador de Serviços;
- iii. Designação do trabalho;
- iv. Data da entrega
- v. Nº do volume/Nº total de volumes da entrega
- vi. Conteúdo

2.3. Lista dos Elementos a Fornecer pela Câmara Municipal de Sines

-1 livraria de símbolos a utilizar;

-1 livraria de fontes;

-1 ficheiro “moldura_scn2k.dgn”;

-1 ficheiro de simbologia “S2000.dgn”;

A cedência da informação numérica mencionada será feita com base no suporte de transferência a acordar entre a Câmara Municipal de Sines e o prestador de serviços.

2.4. Execução Técnica dos Trabalhos

1 - A responsabilidade técnica pela produção da cartografia considerada neste projeto terá de ser de um Engenheiro Geógrafo, com qualificação de E2 pela ordem dos Engenheiros, ou de um Engenheiro Técnico Geográfico/Topográfico, com a classificação de Especialista pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, ambos com cédula profissional válida.

2 - O prestador de serviços executará, nas condições estipuladas no presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos, os trabalhos em concurso, ordenados nas seguintes fases:

- a) A cobertura aerofotogramétrica deverá ser executada de acordo com o constante do RTCAP2014 (Regulamento Técnico para Coberturas Aerofotogramétricas em Portugal – 2014), constante da página da Internet da DGT
- b) Apoio Fotogramétrico
- c) Triangulação Aérea
- d) Geração do Modelo Numérico do Altimétrico do Terreno, por folha.

2.5. Qualidade Técnica dos Trabalhos

Os requisitos de qualidade dos produtos intermédios e finais e regras de qualidade a observar na execução técnica das fases a que se refere o ponto anterior indicadas no Anexo I - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA Á ESCALA 1:2000”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, D, e E.

2.6. Suporte lógico a utilizar

Os suportes lógicos a utilizar na execução dos trabalhos serão obrigatoriamente indicados pelo prestador de serviços, sendo que os produtos finais e intermédios terão de ser entregues à entidade adjudicante no formato dgn.

2.7. Multicodificação da informação vetorial

1 -O prestador de serviços deverá explicar detalhadamente o processo de multicodificação a aplicar aos dados vetoriais de acordo com o formato exigido no ponto 2.6 anterior e de forma a que, no produto final, ao identificar-se um elemento gráfico se obtenha de imediato indicação dos objetos do terreno que ele representa.

2 -As regras que se aplicam nesse processo de multicodificação constam do Anexo I - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:2000”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, D, e E.

Relativamente ao anexo E, deverão ser incluídos os seguinteS objetos no Catálogo de Objetos (adquiridos por meios aerofotogramétricos):

- **Ponto de Cota no Topo do edifício,**
- **Ponto de Cota na Base do edifício;**
- **Aquisição de Eixos de via adquiridos a 3D;**

2.8. Elementos a entregar

Além dos produtos intermédios e finais considerados no Anexo I - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:2000”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, D e E, o prestador de serviços entregará um relatório, devidamente datado e assinado pelo Diretor Técnico dos trabalhos, com a descrição pormenorizada da execução de cada fase do trabalho, com destaque para a indicação:

- a) Da entidade executante;
- b) Da data de início e fim da fase;

- c) Dos operadores intervenientes;
- d) Da informação exógena eventualmente utilizada;
- e) De eventuais dificuldades que possam ter ocorrido e o modo como foram superadas;
- f) Da metodologia de avaliação da qualidade dos resultados dessa fase, com apresentação dos valores obtidos.

3 - MEIOS HUMANOS E TÉCNICOS. FISCALIZAÇÃO

- 3.1. O prestador de serviços deve empregar, no projeto, pessoal em quantidade adequada e experiente nas diferentes tarefas a executar e deve usar técnicas, equipamentos e materiais que sejam capazes de garantir as precisões e requisitos especificados no Anexo I - “NORMAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA Á ESCALA 1:2000”, acompanhadas dos seus anexos A, B, C, D, e E.
- 3.2. A Câmara Municipal de Sines, ou quem ela credenciar para o efeito, poderá inspecionar o trabalho em curso em qualquer altura e poderá exigir relatórios escritos com as técnicas, equipamentos e pessoal empregues no projeto.

4 - HOMOLOGAÇÃO DA CARTOGRAFIA

Para efeitos do processo de homologação da cartografia deverão ser respeitados os requisitos previstos nos “Procedimentos para homologação de cartografia” disponíveis na página da Internet da DGT.

Cláusula 28.ª -Atributos da Proposta

As propostas serão analisadas de acordo com os atributos abaixo indicados, e em conformidade com o Modelo de Avaliação de Propostas, documento anexo ao programa de procedimento.

1. **Preço**, devendo ser apresentado o preço global da proposta bem como o preço por rubrica de desenvolvimento dos modelos de dados e base de dados, módulos aplicativos, aplicação Web, e módulos gestão operacional;
2. **Qualidade da Proposta** - Memória descritiva com indicação do plano de trabalhos, metodologia e desenvolvimento dos trabalhos e cronograma;
3. **Prazo** de entrega final dos trabalhos.